



CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FAMÍLIAS RURAIS
BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

PEDRO AUGUSTO PEREIRA SILVA
RAYRA PEREIRA VASCONCELOS QUEIROZ

ORIENTADOR: INGRYD GARCIA DE OLIVEIRA

Trindade-GO
2023

CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FAMÍLIAS RURAIS
BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

PEDRO AUGUSTO PEREIRA SILVA
RAYRA PEREIRA VASCONCELOS QUEIROZ

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitários Goyazes – UniGoyazes
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Nutrição.**

ORIENTADOR: PROFESSORA: INGRYD GARCIA DE OLIVEIRA

Trindade - GO
2023

PEDRO AUGUSTO PEREIRA SILVA
RAYRA PEREIRA VASCONCELOS QUEIROZ

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FAMÍLIAS RURAIS
BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitários Goyazes – UniGoyazes como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Nutrição, aprovada pela seguinte banca examinadora (~~exemplo~~):

Prof. [Ingryd Garcia de Oliveira]
Centro Unigoyazes

Prof. [Interno: Polianna Ribeiro Santos]
Centro Unigoyazes

Prof. Externo: Marcos Vinícius Alves dos Santos
Centro Unigoyazes

Trindade – GO
2023

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FAMÍLIAS RURAIS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

PEDRO AUGUSTO PEREIRA SILVA¹;
RAYRA PEREIRA VASCONCELOS QUEIROZ¹;
INGRYD GARCIA DE OLIVEIRA²

RESUMO

INTRODUÇÃO: Esta revisão enfoca os pontos mais relevantes da insegurança alimentar e nutricional nas famílias rurais brasileiras, onde se avalia em indicadores nutricionais e socioeconômicos, nos quais possuem múltiplas dimensões. **OBJETIVOS:** analisar a INSAN no meio rural brasileiro, investigando os indicadores levantados nos estudos **METODOLOGIA:** Este estudo adota uma abordagem de revisão de literatura do tipo integrativa e é conduzido por meio de uma busca de estudos em bases de dados científicas. As buscas foram realizadas nas bases de dados Lilacs, Scielo, Pubmed, e Biblioteca Virtual Em Saúde (BVS), utilizando os descritores "insegurança alimentar", "nutrição em famílias rurais", "Brasil" e seus equivalentes em inglês. A busca de artigos ocorreu no período de março a outubro de 2023. **RESULTADOS:** Foram encontrados sete estudos que correspondiam ao delineamento da pesquisa. Os indicadores de INSAN abordados nos estudos foram os socioeconômicos, demográficos, consumo alimentar e estado nutricional. **CONCLUSÃO:** Por meio de pesquisas podemos identificar que a IA afeta várias famílias em âmbito rural.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança Alimentar. Nutrição. Zona rural.

ABSTRACT

INTRODUCTION: This review focuses on the most relevant points of food and nutritional insecurity in Brazilian rural families, which are evaluated in nutritional and socioeconomic indicators, which have multiple dimensions. **OBJECTIVES:** to analyze INSAN in rural Brazil, investigating the indicators raised in the studies **METHODOLOGY:** This study adopts an integrative literature review approach and is conducted through a search for studies in scientific databases. The searches were carried out in the Lilacs, Scielo, Pubmed, and Virtual Health Library (VHL) databases, using the descriptors "food insecurity", "nutrition in rural families", "Brazil" and their equivalents in English. The search for articles took place from March to October 2023. **RESULTS:** Seven studies were found that corresponded to the research design. The INSAN indicators addressed in the studies were socioeconomic, demographic, food consumption and nutritional status. **CONCLUSION:** Through research we can identify that AI affects several families in rural areas

KEYWORDS: Food insecurity. Nutrition. Rural areas.

Dedicamos este trabalho à nossas famílias, que soube compreender os momentos de ausência e foram suporte durante todos esses anos.

INTRODUÇÃO

A concepção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) experimentou uma notável metamorfose ao longo da história humana, influenciada pelos interesses e dinâmicas sociais que marcaram seu desenvolvimento. Desde os tempos da Primeira Guerra Mundial, o termo "segurança alimentar" tem sido objeto de um debate em constante evolução, adquirindo diversas conotações e abrangendo várias dimensões ao longo das décadas. Essa evolução culminou na abordagem mais abrangente de Segurança Alimentar e Nutricional, como destacado por Klepp (2011).

No cenário brasileiro, a Lei nº 11.346/2006 define a SAN como a garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Este conceito incorpora dimensões ambientais, culturais, econômicas e sociais, enfatizando a sustentabilidade em múltiplos aspectos. Os princípios fundamentais incluem o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar (BRASIL, 2006; COTTA, 2013).

A busca pela SAN implica necessariamente em condições socioeconômicas e qualidade de vida adequadas. A Insegurança Alimentar e Nutricional manifesta-se em cenários de alimentação insuficiente, como a fome e desnutrição, bem como em doenças decorrentes de hábitos alimentares inadequados, como o excesso de peso e carências específicas como a falta de nutrientes essenciais no organismo, como vitaminas, minerais e outros compostos necessários para o funcionamento adequado do corpo. Essas carências podem ocorrer mesmo em pessoas com excesso de peso, se a dieta não fornecer os nutrientes necessários para uma saúde ótima. Exemplos comuns de carências específicas incluem deficiências de ferro, vitamina D, vitamina B12, ácido fólico, entre outras.. As ramificações destas situações recaem diretamente sobre o setor de saúde (MORAES, 2022).

Para guiar políticas públicas e estratégias preventivas, é essencial abordar a insegurança alimentar e nutricional, o que requer a utilização de indicadores apropriados. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é fundamental nesse contexto, sendo o único método disponível para avaliar diretamente essa condição. A EBIA utiliza quatorze perguntas estruturadas para explorar a percepção da família sobre sua alimentação nos últimos três meses (MORAES, 2022). Além disso, a avaliação da insegurança alimentar e nutricional deve considerar indicadores nutricionais e socioeconômicos, dada a complexidade desses fenômenos. É importante reconhecer que cada indicador oferece uma perspectiva única, portanto, a combinação desses elementos é crucial para uma compreensão abrangente e para

inferências precisas sobre a situação.

Nos dados populacionais brasileiros, a insegurança alimentar e nutrição é mais prevalente no meio rural, conforme evidenciado por pesquisas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada em 2004, 2009 e 2013 (IBGE, 2013). Em 2021/2022 (II VIGISAN), 125,2 milhões de brasileiros (as) não tinham certeza se teriam o que comer na próxima refeição, limitando a qualidade ou quantidade de alimentos para as refeições diárias. A fome atingiu 21,8% dos setores de agricultores (as) familiares e pequenos produtores (as) rurais. Se olharmos para as formas mais severas de insegurança alimentar (moderada e grave), o total chega a 38% dos domicílios. Estes inquéritos utilizaram a EBIA como ferramenta para mensurar a insegurança alimentar, revelando que o meio rural enfrenta elevados níveis de pobreza, baixa escolaridade e desenvolvimento, fatores contribuintes para esse quadro desafiador (BRASIL, 2006).

O Brasil já foi referência internacional no combate à fome como o Brasil sem Miséria e o Bosa Família. Entre 2004 e 2013, políticas públicas de erradicação da pobreza e da miséria reduziram a fome para menos da metade do índice inicial: de 9,5% para 4,2% dos lares brasileiros. Hoje, infelizmente, o país é outro (COMIM et al., 2016). Os programas enfrentaram diversos desafios ao longo do tempo, refletindo questões políticas, econômicas e sociais complexas. Entre os principais problemas estão a persistência da desigualdade estrutural, casos de corrupção e desvios de recursos, instrumentalização política dos programas, falta de continuidade e planejamento, e a complexidade burocrática. Esses fatores comprometeram a eficácia dos programas e minaram a confiança da população, destacando a necessidade de um compromisso contínuo com a justiça social, boa gestão pública e fortalecimento das instituições democráticas para enfrentar os desafios da fome e da pobreza no país (BRIZUENA; SIMIONI, 2022).

Se a pesquisa anterior mostrava que, no final de 2020, a fome havia retornado aos patamares de 2004, em 2022 a realidade é ainda pior. De 9% dos domicílios com moradores passando fome, saltamos para 15,5% — 33,1 milhões de brasileiros/as. Isso quer dizer que, de um período para o outro, 14 milhões de pessoas passaram a conviver com a fome no dia a dia (VIEIRA et al., 2023).

O estudo busca elucidar a seguinte questão: Quais são os principais desafios e lacunas na avaliação da insegurança alimentar e nutricional no meio rural brasileiro, considerando a variedade de instrumentos de mensuração utilizados e a complexidade dessa situação?

O objetivo do estudo foi compreender o perfil de InSAN nessa população e avaliar como tem sido sistematicamente estudado. Esta revisão tem como objetivo analisar a

insegurança alimentar e nutricional no meio rural brasileiro, investigando os instrumentos de mensuração utilizados para avaliar essa situação complexa, por meio da exploração de bancos de dados acadêmicos, com o propósito de consolidar e analisar criticamente os estudos existentes. O propósito é mapear as tendências, lacunas e padrões de pesquisa nesse contexto, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das dimensões, determinantes e impactos da insegurança alimentar e nutricional nas famílias rurais do Brasil (GALLICCHIO, 2023).

A relevância dessa pesquisa emerge da necessidade urgente de compreender as complexas dinâmicas que envolvem a InSAN em famílias rurais brasileiras. Através da revisão integrativa, pretendemos consolidar o conhecimento existente, identificando lacunas de pesquisa e padrões recorrentes. Essa análise crítica contribuirá para embasar futuras intervenções e políticas públicas voltadas para a promoção da segurança alimentar, visando melhorar as condições de vida nas comunidades rurais e reduzir as disparidades socioeconômicas existentes. Além disso, a pesquisa pode fornecer uma base sólida para profissionais de saúde, pesquisadores e formuladores de políticas públicas, ampliando o entendimento sobre os desafios específicos enfrentados pelas famílias rurais no contexto da segurança alimentar e nutricional.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem de revisão de literatura do tipo integrativa e é conduzido por meio de uma busca de dados através da VIGISAN, SCIELO, LILACS, PUBMED. A estratégia de busca utilizou os descritores "insegurança alimentar", "nutrição em famílias rurais", "Brasil", e seus equivalentes em inglês. Estes termos deveriam estar presentes no título, resumo ou palavras-chave em português e/ou inglês. A escolha desses descritores foi feita para abranger amplamente o escopo da insegurança alimentar e nutricional em contextos familiares rurais brasileiros.

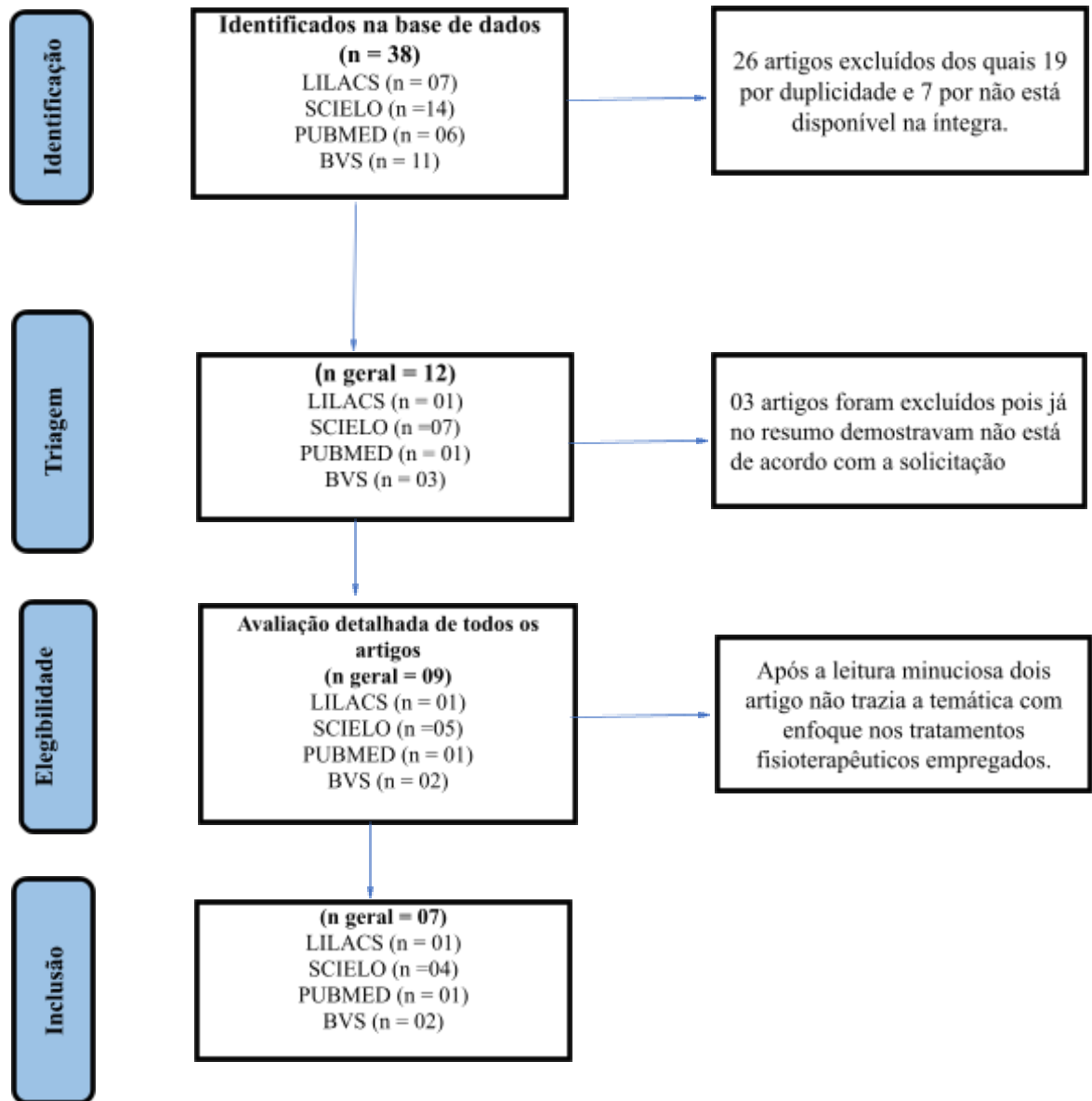
A revisão de literatura do tipo integrativa é uma abordagem metodológica que busca sintetizar e integrar os resultados de estudos prévios sobre um determinado tema, a fim de proporcionar uma compreensão abrangente e aprofundada do assunto em questão.

Os critérios de inclusão abrangem artigos originais, dissertações, teses e livros em português e inglês, considerando estudos transversais, intervenções, experimentais e quase-experimentais. A pesquisa se concentra em publicações dos últimos dez anos, compreendendo o período de 2013 a 2023, para fornecer uma visão atualizada da problemática.

Por outro lado, foram excluídos estudos de relatos de caso, cartas ao editor, opiniões de especialistas e artigos duplicados em mais de uma base de dados, visando manter a consistência e a qualidade dos dados selecionados. Os estudos considerados elegíveis foram submetidos a uma análise detalhada, com a extração de dados relevantes. As características dos estudos foram registradas em uma planilha de controle no programa Excel. Ao final, todos os dados foram tabulados, analisados e discutidos para proporcionar uma síntese coerente e aprofundada sobre a insegurança alimentar e nutricional em famílias rurais brasileiras.

Utilizou-se os termos booleanos, como "AND", juntamente com os descritores específicos relacionados ao tema de interesse. Esses descritores são palavras-chave ou termos que representam conceitos importantes dentro do campo de estudo. Ao combinarmos os operadores booleanos, como o "AND", com os descritores, podemos refinar e direcionar os resultados da pesquisa de forma mais precisa. Por exemplo, ao pesquisar sobre Insegurança Alimentar e Nutrição na zona rural, podemos utilizar os descritores "Insegurança Alimentar", "Nutrição" e "Zona Rural", e combinar esses termos usando o operador "AND".

Fluxograma 1– Etapas de seleção dos referenciais teóricos



Fonte: Autores, 2023.

RESULTADOS

Os artigos considerados elegíveis na fase de coleta de dados estão descritos na tabela 02 com seus respectivos resumos elencando alguns achados importantes.

QUADRO 01: Resumo de artigos encontrados

Autor/Ano	Título	Resumo
AIRES, Julliana dos Santos et al. (2012)	(In) Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará.	O estudo investigou a insegurança alimentar em famílias de pré-escolares em uma zona rural do Ceará, destacando a importância de políticas públicas específicas para garantir a segurança alimentar nessa população.
ALMEIDA, Jamylle Araújo (2017)	Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais.	O artigo aborda os fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais, destacando a importância de medidas para mitigar esse problema.
AQUINO, José Evandro de (2023)	Insegurança alimentar na educação básica: Especificidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia de COVID-19.	O estudo discute as especificidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia de COVID-19, destacando desafios e oportunidades para garantir a segurança alimentar na educação básica.
BEZERRA, Mariana Silva et al. (2020)	Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade.	O artigo analisa a insegurança alimentar e nutricional no Brasil, relacionando-a com indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, e destaca a importância de abordagens integradas para enfrentar esse problema.
BEZERRA, Thaíse Alves; OLINDA, Ricardo Alves de; PEDRAZA, Dixis Figueroa (2017)	Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos.	O estudo analisa a insegurança alimentar no Brasil sob diferentes cenários sociodemográficos, evidenciando a influência de fatores como renda, escolaridade e estrutura familiar nesse problema.
BOAS, Lucas Guedes Vilas (2023)	A Escala Brasileira De Insegurança Alimentar (Ebia) E As Principais Condicionantes Da (In) Segurança Alimentar No Brasil.	O artigo discute a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e seus principais condicionantes, destacando a importância de considerar múltiplos aspectos na compreensão da insegurança alimentar no Brasil.
COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MACHADO, Juliana Costa (2013)	Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura.	O artigo revisa criticamente a literatura sobre o Programa Bolsa Família e sua relação com a segurança alimentar e nutricional no Brasil, destacando desafios e perspectivas para a efetividade do programa nesse aspecto.
FREITAS, Rubenice Maria et al. (2023)	Análise da segurança alimentar e nutricional de agricultores orgânicos na Zona da Mata Setentrional pernambucana.	O estudo analisa a segurança alimentar e nutricional de agricultores orgânicos na Zona da Mata Setentrional pernambucana, destacando a importância desse segmento para a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

GALLICCHIO, Caroline Leitzke Renner (2023)	Agricultura sensível à nutrição um novo referencial para políticas públicas?	O artigo propõe a agricultura sensível à nutrição como um novo referencial para políticas públicas, destacando a importância de considerar os aspectos nutricionais na promoção da segurança alimentar e no desenvolvimento rural.
JESUS, Amanda Durães et al. (2023)	Impasses das ações de Segurança Alimentar e Nutricional em Campos dos Goytacazes.	O estudo analisa os impasses das ações de Segurança Alimentar e Nutricional em Campos dos Goytacazes, identificando desafios e oportunidades para promover a segurança alimentar nesse contexto específico.
KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria (2011)	Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional.	O artigo conceitua e discute métodos para medir segurança alimentar e nutricional, fornecendo um panorama abrangente sobre o tema e sua importância para a promoção da saúde e bem-estar da população.
MAAS, Nathalia Matties et al. (2020)	Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil.	O estudo investiga a insegurança alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil, identificando fatores associados e destacando a importância de políticas públicas para enfrentar esse problema.
MORAES, Verena Duarte de; MACHADO, Cristiani Vieira; MAGALHÃES, Rosana (2021)	O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016).	O artigo analisa a dinâmica de atuação e a agenda do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no período de 2006 a 2016, destacando seu papel na formulação e implementação de políticas nessa área.
NEOTTI, Solange Casagrande et al. (2023)	A orizicultura no município de São Sepé-RS: transformações na organização produtiva, socioeconômica e ambiental de 1990 à 2022.	O estudo analisa as transformações na orizicultura no município de São Sepé-RS ao longo das últimas décadas, destacando aspectos relacionados à organização produtiva, socioeconômica e ambiental dessa atividade agrícola.
OLIVEIRA, Juliana Souza (2020)	Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de Gameleira, zona da mata do Nordeste brasileiro.	O artigo investiga a relação entre insegurança alimentar e estado nutricional de crianças em Gameleira, zona da mata do Nordeste brasileiro, evidenciando a importância de políticas para garantir uma alimentação adequada nesse contexto.
ROCHA, Élide Mara Braga; LIMA, Roberto Teixeira; ALMEIDA, Paulo César de (2014)	Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do Semiárido brasileiro.	O estudo investiga a relação entre insegurança alimentar e área de residência em um município do Semiárido brasileiro, destacando a importância de considerar o contexto geográfico na formulação de políticas públicas nessa área.
SANTOS BURITI, Maria Marta; DA SILVA, Anieres Barbosa (2017)	Da Subordinação Do Camponês À Sujeição Da Agricultura Familiar No Agronegócio Da Avicultura De Corte: Revista de geografia agrária.	O artigo discute a relação entre a subordinação do camponês e a sujeição da agricultura familiar no agronegócio da avicultura de corte, evidenciando desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável do setor.
SILVA, Etna Kaliane Pereira (2017)	Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?	O estudo investiga a insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro, analisando as especificidades das comunidades quilombolas nesse contexto e suas implicações para políticas públicas.

SOCCOL, Caroline Pagani et al. (2021)	Alimentos biofortificados no Brasil e sua importância no combate à fome oculta.	O artigo discute a importância dos alimentos biofortificados no Brasil para combater a fome oculta, destacando seu potencial para melhorar a segurança alimentar e nutricional da população, especialmente em grupos vulneráveis.
SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira (2014)	Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais.	O estudo investiga a relação entre segurança alimentar e nutricional, qualidade de vida e desenvolvimento humano em assentamentos rurais, evidenciando a importância de políticas públicas integradas para promover o bem-estar nessa população.
VIEIRA, Ericka Cristina et al. (2023)	Direito à Alimentação Adequada: análise de políticas públicas sob um olhar constitucional e humano.	O artigo analisa as políticas públicas relacionadas ao direito à alimentação adequada sob uma perspectiva constitucional e humana, destacando desafios e oportunidades para garantir esse direito fundamental para todos os cidadãos.

Fonte: autores, 2023.

DISCUSSÃO

De acordo com dados recentes, a prevalência desse problema é significativamente alta, atingindo 15% da população urbana e 18,6% da população rural. Esses números evidenciam a gravidade da situação e a necessidade de políticas públicas eficazes para enfrentar esse desafio. Historicamente, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem sido uma preocupação central do Estado brasileiro, refletida em iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visam garantir o acesso a alimentos de qualidade para populações vulneráveis, promovendo ao mesmo tempo a agricultura familiar e o desenvolvimento local (NEOTTI et al., 2023).

No entanto, há omissões significativas no contexto da agenda de políticas públicas do Estado brasileiro em relação à insegurança alimentar grave. O desmonte do orçamento destinado a essas políticas, a falta de investimento na agricultura familiar e a redução de recursos para programas como o PAA e o PNAE são exemplos dessas omissões. Essas políticas têm um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e na redução da insegurança alimentar grave, especialmente em áreas rurais onde a agricultura familiar desempenha um papel crucial na produção de alimentos. Portanto, é essencial que o Estado brasileiro reavalie suas políticas e priorize medidas efetivas para combater a insegurança alimentar, garantindo o direito básico de todos os cidadãos a uma alimentação adequada e saudável (AQUINO, 2023).

Os dados revelam uma alarmante deterioração da segurança alimentar no Brasil, com um aumento significativo na prevalência da fome entre os domicílios. Se anteriormente a pesquisa indicava uma situação preocupante, com a fome retornando aos níveis observados em 2004, os números de 2022 apresentam uma realidade ainda mais sombria. O salto de 9% para 15,5% dos domicílios com moradores enfrentando fome representa um aumento drástico e preocupante. Isso equivale a cerca de 33,1 milhões de brasileiros/as vivendo em condições de insegurança alimentar extrema. O dado mais impactante é a constatação de que, em um curto período de tempo, aproximadamente 14 milhões de pessoas passaram a conviver diariamente com a privação de alimentos básicos. Esse aumento dramático evidencia a urgência de medidas eficazes para combater a fome e garantir o acesso universal a alimentos adequados, destacando a necessidade de políticas públicas abrangentes e ações coordenadas entre os diversos setores da sociedade (VIEIRA et al., 2023).

A abordagem da insegurança alimentar e nutricional destaca uma complexidade conceitual, exigindo a consideração de diversos fatores determinantes. Mensurar essa

condição revela-se um desafio, requerendo indicadores tanto da dimensão alimentar quanto da dimensão nutricional. No contexto da dimensão alimentar, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) desponta como o indicador direto mais utilizado na literatura para avaliar tal situação (OLIVEIRA, 2020).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) surgiu no contexto das políticas públicas voltadas para o combate à fome e à promoção da segurança alimentar no Brasil. Desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a EBIA foi criada para preencher uma lacuna na avaliação da insegurança alimentar no país, fornecendo um instrumento específico e validado para mensurar essa condição. Ela foi concebida como uma resposta à necessidade de se obter dados precisos e confiáveis sobre a situação alimentar das famílias brasileiras, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BOAS, 2023).

A EBIA é utilizada em pesquisas nacionais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para avaliar a prevalência e a gravidade da insegurança alimentar no país. Existem duas versões da EBIA: a curta, com quatro questões, e a longa, com 14 questões, que oferece uma avaliação mais detalhada da insegurança alimentar. Embora a EBIA seja amplamente utilizada e reconhecida como uma ferramenta importante para o monitoramento da segurança alimentar no Brasil, ela também enfrenta críticas. Algumas dessas críticas incluem questões sobre a sensibilidade cultural das perguntas, a limitação na abordagem de determinados aspectos da insegurança alimentar e a falta de atualização para refletir mudanças nas condições socioeconômicas e alimentares da população. Apesar dessas críticas, a EBIA continua sendo uma ferramenta fundamental para a avaliação da insegurança alimentar no país, fornecendo dados essenciais para o desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional (FREITAS et al., 2023).

Durante esta revisão, observou-se que todos os estudos que empregaram a EBIA para avaliar a insegurança alimentar apresentaram valores superiores a 33 % e 38,3%, conforme apontado pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009 e 2013 para domicílios rurais. Entretanto, uma exceção foi registrada no estudo de Almeida et al., (2017) que identificou uma taxa de 30,7% de insegurança alimentar em domicílios rurais liderados por idosos (ROCHA, 2014).

A análise da situação de insegurança alimentar grave, referente à restrição quantitativa de alimentos nos últimos três meses, revelou que a maioria dos estudos apresentou valores acima de 5,5%, patamar identificado pela PNAD de 2016 para a população rural. Esses

resultados sugerem uma prevalência significativa de insegurança alimentar grave, especialmente em populações rurais vulnerabilizadas, destacando a região Nordeste do Brasil como um epicentro dessa problemática. A insegurança alimentar grave é uma condição em que as pessoas enfrentam dificuldades extremas em garantir acesso regular e adequado a alimentos nutritivos e suficientes para atender às necessidades básicas de nutrição de si mesmas e de suas famílias. Nesse contexto, indivíduos e comunidades podem experimentar privação severa de alimentos, resultando em deficiências nutricionais significativas e consequências graves para a saúde e o bem-estar. A insegurança alimentar grave pode se manifestar em situações como a falta de alimentos em quantidade suficiente para suprir as necessidades energéticas diárias, a ausência de acesso a alimentos nutritivos essenciais, e a impossibilidade de manter uma dieta diversificada e equilibrada. (ALMEIDA, 2017).

Apesar de a EBIA ser validada tanto para populações urbanas quanto rurais, sua limitação reside na omissão quanto à produção agrícola para autoconsumo, práticas de cultivo coletivo e trocas de alimentos. Além disso, ela não incorpora a posse de terra, acesso à água ou insumos agrícolas no meio rural, restringindo sua capacidade de fornecer uma visão completa da insegurança alimentar. Portanto, para uma abordagem abrangente da insegurança alimentar, torna-se crucial explorar fatores socioeconômicos e de acesso a bens e serviços, oferecendo uma compreensão mais holística da questão (SOUZA, 2014).

A posse de terra emerge como um elemento crucial para o sustento familiar e a produção de alimentos para autoconsumo, contribuindo para a SAN. Diversos estudos destacam que a maioria das famílias rurais obtêm seus alimentos da própria produção, sublinhando a relevância da posse da terra e da produção para autoconsumo na promoção da SAN (SANTOS; SILVA, 2017).

Apenas um estudo incluído nesta revisão considerou a presença de desnutrição como indicador de IAN, enquanto outros que utilizaram a antropometria não classificaram a insegurança pela presença de distrofia nutricional (ALMEIDA, 2017). A associação entre o estado nutricional e a insegurança alimentar pela EBIA não foi evidenciada nesta revisão, contrastando com a literatura que aponta associações da insegurança alimentar com obesidade, baixa estatura e baixo peso, independentemente do local de moradia (AIRES, 2015).

A maioria dos estudos nesta revisão complementou a análise da insegurança alimentar dada pela EBIA com dados socioeconômicos e demográficos. A baixa renda foi consistentemente associada à insegurança alimentar, refletindo a ligação intrínseca da EBIA com questões de renda. Condições socioeconômicas e demográficas precárias, como acesso a

bens e serviços, escolaridade e condições de moradia, foram identificadas como contribuintes para a insegurança alimentar, especialmente em áreas rurais caracterizadas por pobreza, baixos índices de educação e desenvolvimento, e má distribuição de terra (AIRES, 2015).

A relação entre renda e insegurança alimentar e nutricional (InSAN) é amplamente discutida na literatura acadêmica, e autores como Maluf têm contribuído significativamente para essa discussão. A situação econômica de uma família é um fator determinante na capacidade de acesso a alimentos nutritivos e suficientes, e a renda é frequentemente considerada um dos principais indicadores de vulnerabilidade à InSAN. Autores como Bezerra et al. (2020) investigaram essa correlação em estudos recentes, destacando a influência direta que a renda possui sobre a segurança alimentar das famílias. Famílias com baixa renda estão mais suscetíveis à insegurança alimentar devido à falta de recursos para adquirir alimentos em quantidade e qualidade adequadas. Além disso, a infração alimentar, ou seja, a prática de adotar estratégias inadequadas para garantir a alimentação diária, é frequentemente observada em contextos de baixa renda, aumentando ainda mais a vulnerabilidade à InSAN. Essa discussão ressalta a importância de políticas públicas que visem não apenas o aumento da renda das famílias, mas também a melhoria do acesso a alimentos nutritivos e a promoção de práticas alimentares saudáveis, como estratégias essenciais para reduzir a insegurança alimentar e nutricional no Brasil (BEZERRA et al., 2020).

No estudo realizado por Bezerra, Olinda e Pedraza (2017), a relação entre renda e insegurança alimentar no Brasil é examinada sob diferentes cenários sociodemográficos. Destaca-se que a renda como um dos principais determinantes da insegurança alimentar, com famílias de baixa renda enfrentando maiores índices dessa condição destacando a importância de abordagens integradas e políticas públicas abrangentes que levem em consideração não apenas a renda, mas também outros aspectos sociais e demográficos na formulação de estratégias eficazes para enfrentar esse desafio.

A insegurança alimentar no meio rural demonstrou ser mais prevalente em comparação ao meio urbano, corroborando com resultados de pesquisas nacionais. Esse cenário pode ser atribuído a desafios mais significativos no desenvolvimento de políticas públicas de saúde e saneamento no meio rural, além do impacto excludente do processo de modernização da agricultura no Brasil sobre muitos produtores rurais (MAAS, 2020).

Quanto ao consumo alimentar, observou-se uma menor ingestão de frutas, verduras, carnes e ovos, associada à presença de insegurança alimentar. A alimentação monótona, carente em micronutrientes e proteína, reflete escolhas alimentares não saudáveis

características da insegurança alimentar. Ressalta-se que nenhum dos estudos avaliou a ingestão de nutrientes e energia, limitando-se a relacionar a SAN a grupos de alimentos (MAAS, 2020).

O consumo reduzido de frutas, vegetais e carnes magras nas famílias rurais as torna mais vulneráveis à dimensão nutricional da insegurança alimentar, podendo resultar em inadequações no estado nutricional e fome oculta. Esses achados destacam a importância de abordagens integradas para lidar com a insegurança alimentar e nutricional em famílias rurais brasileiras (MAAS, 2020; SOCCOL et al., 2021).

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi reativada como um importante órgão de coordenação e articulação das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil. Composta por representantes de diversos ministérios e órgãos governamentais, a Câmara Interministerial desempenha um papel fundamental na formulação, implementação e monitoramento de ações voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional no país. Sua reativação reflete o compromisso do governo em fortalecer as políticas públicas nessa área, reconhecendo a importância de abordagens integradas e coordenadas para enfrentar os desafios relacionados à fome, à desnutrição e à insegurança alimentar. Através de sua atuação, a Câmara Interministerial busca promover a cooperação entre os diferentes setores governamentais e a sociedade civil, visando garantir o direito de todos os brasileiros a uma alimentação adequada e saudável.

A avaliação da insegurança alimentar e nutricional demanda a aplicação de métodos complementares à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar para abranger as dimensões alimentar e nutricional dessa condição. Nesse sentido, destaca-se a importância de estabelecer relações entre os diversos indicadores de ambas as dimensões da IAN, evitando considerá-los de maneira isolada (SILVA, 2017).

Outras limitações observadas incluem a aplicação da EBIA aos pais de adolescentes, em vez de ser administrada por um entrevistador treinado, o que pode comprometer a consistência dos resultados. Além disso, a combinação de situações de segurança alimentar e insegurança alimentar leve em análises conjuntas é uma prática desfavorável para a obtenção de resultados mais confiáveis (MAAS, 2020). Identificou-se ainda o uso de índices antropométricos não recomendados para avaliação de crianças acima de cinco anos, como o índice peso/idade, especialmente em estudos de natureza transversal. Essas limitações ressaltam a necessidade de abordagens mais robustas e diversificadas na mensuração da IAN para garantir a fidedignidade dos resultados (SILVA, 2017).

CONCLUSÃO

A qualidade de cerca da metade dos estudos incluídos foi considerada de moderada à alta, permitindo estabelecer relação entre a IAN e fatores socioeconômicos, demográficos, de consumo alimentar e de estado nutricional. Os estudos que apresentaram maior qualidade utilizaram a EBIA e modelo estatístico de predição na avaliação da IA.

É necessário maior aprofundamento metodológico para a elaboração de instrumento de avaliação de IAN, por meio de indicadores complementares das múltiplas facetas da insegurança, que contemple as dimensões de disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam a vulnerabilidade significativa presente no contexto rural, especialmente no que diz respeito à insegurança alimentar e nutricional e aos fatores socioeconômicos associados, destacando a urgente necessidade de intervenções direcionadas a essa comunidade.

Dada a natureza multifacetada da segurança alimentar e nutricional, é imperativo adotar uma abordagem metodológica diversificada e complementar. Embora a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar seja amplamente utilizada como o único método de avaliação direta da insegurança alimentar, sua limitação em não abranger a dimensão nutricional ressalta a importância da incorporação de outros métodos.

O propósito central desta revisão é instigar a reflexão sobre a insegurança alimentar e nutricional no meio rural, chamando a atenção para essa parcela significativa e muitas vezes marginalizada da população brasileira. O objetivo é contribuir para um embasamento científico sólido e agregar informações que possam subsidiar a formulação de medidas eficazes na avaliação e promoção da segurança alimentar.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Julliana dos Santos et al. (In) Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, p. 102-108, 2012.
- ALMEIDA, Jamylle Araújo. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 479-488, 2017.
- AQUINO, José Evandro de. **Insegurança alimentar na educação básica: Especificidades do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) durante a pandemia de COVID-19**. 2023.
- BEZERRA, Mariana Silva et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2020, v. 25, n. 10 [Acessado 7 Fevereiro 2024], pp. 3833-3846.
- BEZERRA, Thaise Alves; OLINDA, Ricardo Alves de; PEDRAZA, Dixis Figueroa. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 637-651, 2017.
- BOAS, Lucas Guedes Vilas. A Escala Brasileira De Insegurança Alimentar (Ebia) E As Principais Condicionantes Da (In) Segurança Alimentar No Brasil. **Geoconexões**, v. 1, n. 15, p. 114-134, 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Dispõe sobre a "Criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências"**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 set. 2006
- COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MACHADO, Juliana Costa. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013.
- FREITAS, Rubenice Maria et al. Análise da segurança alimentar e nutricional de agricultores orgânicos na Zona da Mata Setentrional pernambucana. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 12573-12588, 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, (2013)
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, (2016)
- GALLICCHIO, Caroline Leitzke Renner. **Agricultura sensível à nutrição um novo referencial para políticas públicas?**. 2023.
- JESUS, Amanda Durães et al. Impasses das ações de Segurança Alimentar e Nutricional em Campos dos Goytacazes. **Masquedós-Revista de Extensión Universitaria**, v. 8, n. 10, p. 1-14, 2023.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

MAAS, Nathalia Matties et al. Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2605-2614, 2020.

MORAES, Verena Duarte de; MACHADO, Cristiani Vieira; MAGALHÃES, Rosana. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6175-6187, 2021.

NEOTTI, Solange Casagrande et al. **A orizicultura no município de São Sepé-RS: transformações na organização produtiva, socioeconômica e ambiental de 1990 à 2022**. 2023.

OLIVEIRA, Juliana Souza. Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de Gameleira, zona da mata do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 10, p. 237-245, 2020.

ROCHA, Élida Mara Braga; LIMA, Roberto Teixeira; ALMEIDA, Paulo César de. Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do Semiárido brasileiro. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 22, p. 205-211, 2014.

SANTOS BURITI, Maria Marta; DA SILVA, Anieres Barbosa. Da Subordinação Do Camponês À Sujeição Da Agricultura Familiar No Agronegócio Da Avicultura De Corte: **Revista de geografia agrária**, v. 12, n. 28, p. 75-93, 2017.

SILVA, Etna Kaliane Pereira. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00005716, 2017.

SOCCOL, Caroline Pagani et al. **Alimentos biofortificados no Brasil e sua importância no combate à fome oculta**. 2021.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira. Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2014.

VIEIRA, Ericka Cristina et al. **Direito À Alimentação Adequada: análise de políticas públicas sob um olhar constitucional e humano**. 2023.